RBGDR

DIVERSIDADE DE GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO NO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DO BRASIL: UMA PROPOSTA TIPOLÓGICA DE ANÁLISE

GENDER, RACE, AND GENERATION DIVERSITY IN BRAZILIAN AGRICULTURAL COOPERATIVES: A TYPOLOGICAL PROPOSAL FOR ANALYSIS

RBGDR

REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
V.22, N°4, Edição Especial 2026 | Taubaté/SP - Brasil | ISSN 1809-239x

DIVERSIDADE DE GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO NO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DO BRASIL: UMA PROPOSTA TIPOLÓGICA DE ANÁLISE

GENDER, RACE, AND GENERATION DIVERSITY IN BRAZILIAN AGRICULTURAL COOPERATIVES: A TYPOLOGICAL PROPOSAL FOR ANALYSIS

Eliene Gomes dos Anjos[1] | Daciane Oliveira Silva[2]
Carlos Eduardo Crispim de Oliveira Ramos[3]

Recebimento: 24/03/2026
Aceite: 29/09/2026

[1] Doutora em Ciências Sociais (UNISINOS).
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
Cruz das Almas – BA, Brasil.
E-mail: elieneanjos@ufrb.edu.br

[2] Doutora em Administração (UFBA).
Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
Cruz das Almas – BA, Brasil.
E-mail: dacianeoliveira@ufrb.edu.br

[3] Doutor em Produção Animal - Modelagem de Sistemas de Produção (UEM).
E-mail: tocadosaua@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetivou correlacionar o perfil de gênero, racial e geracional do quadro social e do Conselho de Administração das cooperativas agropecuárias, com o intuito de dimensionar a atuação do cooperativismo na promoção da diversidade. Para tanto, colocamos em perspectiva cooperativas da Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul, com dados coletados por meio de formulário enviado entre julho e agosto de 2023, o que resultou em 120 casos, os quais se constituíram um banco de dados. Este banco e suas variáveis foram submetidos a Análise Fatorial Múltipla (AFM). O resultado da pesquisa resultou na elaboração de 4 (quatro) Tipos funcionais de cooperativas agropecuárias no que se refere ao objetivo proposto. A tipologia revelou percentuais significativos da população negra no quadro social das cooperativas e nos cargos diretivos nos Tipos 1 e 2, constituídos majoritariamente pelas cooperativas da agricultura familiar da Bahia, Pará e Minas Gerais, mas também demonstrou que a diversidade de gênero e de geração são grandes desafios para o cooperativismo, principalmente nos Tipos 3 e 4 que têm predominância proporcional das cooperativas do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Mulheres Rurais; Agricultura Familiar; ODS

ABSTRACT

This article aimed to correlate the gender, racial, and generational profile of the social structure and the Board of Directors of agricultural cooperatives to assess the role of cooperativism in promoting diversity. To this end, we considered cooperatives from Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, and Rio Grande do Sul, with data collected through a questionnaire sent between July and August 2023, resulting in 120 cases that formed a database. This database and its variables were subjected to Multiple Factor Analysis (MFA). The research resulted in the development of 4 (four) functional types of agricultural cooperatives in relation to the proposed objective. The typology revealed significant percentages of the Black population in the social structure of cooperatives and in management positions in Types 1 and 2, which are mostly made up of family farming cooperatives in Bahia, Pará, and Minas Gerais. However, it also demonstrated that gender and generational diversity are major challenges for cooperativism, especially in Types 3 and 4, which have a proportional predominance of cooperatives from Rio Grande do Sul and Mato Grosso do Sul.

Keywords: Intersectionality; Rural Women; Family Farming; SDGs.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a diversidade nas organizações adquiriu fôlego a partir da década de 1990, devido aos pactos internacionais de combate à todas as formas de desigualdades. No entanto, sua relevância é propagada com as reivindicações dos movimentos feministas e negro, além das demandas apontadas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU estabeleceu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que preconizam um mundo sem pobreza extrema e a inclusão de diversos segmentos historicamente vulnerabilizados. Dentre esses objetivos, destacam-se a redução das desigualdades (ODS 10), a igualdade de gênero (ODS 05) e, mais recentemente, proposto pelo governo brasileiro em 2023, o ODS 18, que versa sobre a igualdade étnico-racial.

O Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta um panorama do cooperativismo rural que sugere a presença ainda incipiente de mulheres cooperadas. O Censo identificou os estabelecimentos agropecuários que estavam vinculados a cooperativas, sejam eles da agricultura familiar ou não. Dos 579.438 estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas no Brasil, somente 9% são dirigidos por mulheres. Na distribuição por região, as que detêm maior número de propriedades cooperadas são o Sul, 313.763, e o Sudeste, 165.630, mas somente 8% dessas têm as mulheres como produtoras principais. As regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste têm 16%, 14% e 10%, respectivamente, geridas por mulheres.

Os Anuários da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) revelam o predomínio dos homens em todos os ramos do cooperativismo, com exceção das cooperativas de trabalho, produção de bens e serviços. E nos sete ramos dos quais as cooperativas são classificadas, o cargo de presidência expressa a dominação masculina, inclusive no agropecuário, com a participação de 18,3% de mulheres presidindo, contra 81,7% de homens (OCB, 2024). Esses dados interpelam o campo do cooperativismo sobre a equidade de gênero, pois as desigualdades na participação, sobretudo nos cargos de mais poder, continuam sendo um grande desafio para todos os ramos cooperativos.

Sobre a participação da população negra e da juventude, a OCB e a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) não têm apresentado dados que permitam inferir se há diversidade racial e geracional no cooperativismo, ainda que as cooperativas sejam apresentadas como estratégia para reduzir as desigualdades históricas que persistem na sociedade brasileira. Ademais, há de se considerar a heterogeneidade das práticas cooperativistas no contexto nacional, uma vez que o desenvolvimento regional no Brasil não foi uniforme, o mesmo ocorreu com o processo de implantação das cooperativas nas regiões. Destarte, cabe ressaltar, conforme Pires (2018), a importância do cooperativismo agrário no desempenho da balança comercial brasileira, sobretudo na revitalização dos espaços rurais marcados pela letargia econômica.

A análise dos dados do Censo Agropecuário do IBGE e dos Anuários da OCB nos instigou as seguintes indagações: há diversidade no quadro social e nos cargos diretivos das cooperativas agropecuárias? Qual a representação racial, geracional e de gênero nos quadros da cooperativa, especialmente os cargos de direção? Quais os motivos para uma sub-representação de gênero? Quais são os mecanismos pensados para reverter essa tendência? Com essa problemática, estabelecemos como objetivo principal deste artigo correlacionar o perfil de gênero, racial e geracional do quadro social e do conselho de administração das cooperativas agropecuárias, com o intuito de dimensionar a atuação do cooperativismo na promoção da diversidade.

Ademais, especificadamente, neste estudo pretende-se; i) examinar os perfis dos/as cooperados/as assim como dos membros da diretoria para inferir a potencialidade do cooperativismo agropecuário contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no que se refere à equidade de gênero e a igualdade étnico-racial; ii) gerar evidências que possam subsidiar ações, projetos, programas e políticas que busquem fortalecer os agrupamentos vulneráveis, sobretudo mulheres rurais, com o estímulo à adesão às cooperativas como mecanismo de inclusão socioprodutiva e enfrentamento das relações de subordinação.

Para alcançar os objetivos delineados, realizamos uma amostragem representativa estratificada das cooperativas rurais dos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul. Foram coletados dados de 120 cooperativas, por meio de um questionário do google forms, enviado às cooperativas indicadas, em sua maioria, pela OCB e Unicafes, entre os meses de julho e agosto de 2023. As variáveis oriundas das questões abordadas na ferramenta de coleta dos dados foram submetidas à análise fatorial múltipla (AFM). Esse método estatístico foi escolhido com o intuito de definir a existência de fatores comuns quanto à incidência nos perfis racial, etário e de gênero no quadro social e nos conselhos de administração das cooperativas agropecuárias.

O artigo, além desta introdução, encontra-se estruturado em mais quatro seções. Na seção seguinte, realizou-se um debate sobre o potencial das cooperativas agropecuárias ser um mecanismo de superação das desigualdades e o árduo caminho a ser trilhado para assegurar a equidade de gênero. A terceira seção apresenta a metodologia adotada, com ênfase na Análise Fatorial Múltipla (AFM), método utilizado para verificar a existência de fatores comuns entre às cooperativas estudadas. A quarta seção traz a tipologia elaborada a partir da AFM, a qual dimensiona a diversidade nos 4 (quatros) Tipos formulados que caracterizam as cooperativas agropecuárias da amostra pesquisada. Por fim, na quinta seção, a conclusão que aponta a necessidade de mais ações para promover maior diversidade nas cooperativas com repercussão no protagonismo das mulheres rurais.

ABORDAGEM INTERSECCIONAL DO COOPERATIVISMO: INSTRUMENTO PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

O cooperativismo brasileiro apresenta uma diversidade de práticas expressas pela complexidade das organizações cooperativas, suas escalas de atividades, princípios de gestão e dimensões socioeconômicas, as quais abarcam o contexto no qual estão inseridas. Há, como sinalizado por Pires (2018), grandes empreendimentos cooperativos, empenhados na gestão profissional e no uso de modernas tecnologias para obter ganhos de escala e de eficiência, principalmente via fusão e incorporação. Mas, em sua maioria, segundo Anjos et al. (2022), no ramo agropecuário predomina pequenas cooperativas da agricultura familiar, criadas como mecanismo de superação da pobreza e estratégia para ampliar os canais de comercialização.

Stocco e Kobayashi (2016, p. 3) refletem que as cooperativas contribuem para "o fortalecimento de agricultores familiares que muitas vezes não conseguiriam sustentar sozinhos os níveis de produção e, assim, podem oferecer seus produtos em outros mercados além dos convencionais como feiras e supermercados [...]". Ainda que o Censo Agropecuário de 2017 tenha demonstrado que a cooperativa não é o formato associativo mais utilizado pelos agricultores familiares no cenário nacional, Anjos et al. (2019) inferem que esta modalidade na região Nordeste, juntamente com as associações, se efetivou como estratégia de governo e da sociedade civil organizada para reduzir as persistentes desigualdades. Para as autoras, a atuação dos movimentos sociais e do poder público no campo propiciou a organização de várias cooperativas para viabilizar a produção e a comercialização coletivas, além de facilitar a compra de insumos.

É justamente o cooperativismo da agricultura familiar que mais dialoga com alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) principalmente os que preconizam a erradicação da pobreza, redução das desigualdades, fome zero e agricultura sustentável. A denominação agricultura familiar nomeia um conjunto de segmentos que têm em comum a utilização da força de trabalho familiar predominante nas atividades típicas dos espaços rurais. Esse termo é definido no âmbito da Lei nº 11.326/2006, regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017, que assegura um conjunto de políticas públicas para diversos trabalhadores e trabalhadoras rurais que passam a ser enquadrados como agricultores familiares, ainda que possam ter especificidades

como os quilombolas, os assentados, os pescadores artesanais etc. O Censo demonstrou que há predominância das cooperativas da agricultura familiar no ramo agropecuário e que estas enfrentam maior adversidade para superar a situação de pobreza que persiste, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, comparadas com as demais cooperativas agropecuárias.

A importância das cooperativas, entretanto, não se restringe à dimensão econômica, devido à sua natureza ser uma sociedade de pessoas regidas pelos princípios basilares do movimento cooperativista, as experiências proporcionadas estão para além dos resultados financeiros, há, segundo Pires (2018), um sentido de transformação social que propiciaria o empoderamento dos agricultores. Nesta direção, Salvaro et al. (2014, p. 397) enfatizam a possibilidade de rupturas com as diversas formas de desigualdade e preconceito quando uma mulher, por exemplo, ascende dentro de uma cooperativa ou em outra instância.

A participação das mulheres em cooperativas, conforme Salvaro et al. (2014), promove rupturas com os papeis instituídos para o feminino e o masculino e, de forma simultânea, expõe desigualdades de gênero e possibilidades de superá-las, por meio da diluição de hierarquias historicamente construídas. Essas hierarquias retratadas não se limitam à atribuição de gênero, envolvem tantas outras como o "lugar" da população negra, a capacidade da juventude rural participar e presidir organizações coletivas, a competência de as agricultoras administrarem seus empreendimentos econômicos de forma bem-sucedida etc.

Pesquisas norteadas pela abordagem interseccional revelam as profundas desigualdades que caracterizam as relações entre homens e mulheres, negros e não negros. Embora tenham alcançado diversas conquistas para enfrentar as desigualdades de gênero, nas últimas três décadas, a situação de vulnerabilidade socioeconômica das mulheres ainda é mais destacada do que a dos homens, principalmente para as rurais, indígenas e negras (Velloso; Anjos, 2022).

Davis (2016) dialoga sobre os diversos atributos que são utilizados como mecanismo de opressão das mulheres para demonstrar que o gênero, a raça e a classe interagem em um cenário de adversidades que persiste desde os tempos coloniais. A autora destaca nas suas reflexões que a luta das mulheres negras agricultoras transcende séculos porque elas não alcançaram a emancipação decretada pela extinção da escravidão no século XIX. Para as mulheres negras, pondera a autora,

a prática agrícola foi uma continuação do trabalho forçado vivenciado na escravidão porque a discriminação e o preconceito não foram alterados com a instituição do trabalho livre.

Refletir sobre formas de superar as desigualdades na realidade latino-americana perpassa pelos questionamentos às estruturas de poder que promovem as "bases da discriminação relacionada às intersecções entre raça, gênero e classe" (Collins; Bilge, 2021, p. 75). Esta perspectiva impõe a necessidade de considerar as opressões entrecruzadas que afetam a vidas das mulheres negras e, com mais rigor, a vida das mulheres negras rurais. As trajetórias dessas mulheres perpassam por experiências raciais, de gênero e de classe, portanto, não podem ser analisadas em grupos separados, em categorias da discriminação de gênero ou de raça. Ambas precisam ser expandidas para que possamos abordar as questões interseccionais que enfrentam (Crenshaw, 2002).

Nessa mesma perspectiva, brasileiras feministas como González (1982), Bairros (1995), Ribeiro (2006), Carneiro (2009), dentre outras teóricas do pensamento feminista negro, têm contribuído a partir de intervenções incisivas sobre o lugar das mulheres negras em sociedades estruturadas nas desigualdades de raça e de gênero, como o Brasil. Como nos lembra González (1982), o racismo e o patriarcalismo cruzam-se numa dinâmica de interação e dependência mútua.

A cooperativa, portanto, tem uma atuação para além de um empreendimento econômico, pois propicia melhoria nas condições de vida, principalmente dos segmentos que enfrentam relações de subordinação, como as mulheres rurais, demandando mais estudos para verificar se as relações instituídas historicamente são descontinuadas em uma modalidade que se embasa numa filosofia democrática e equitativa.

Os estudos críticos que abordam a busca pela igualdade destacam a importância da mulher e toda contribuição que elas geram na agricultura, ainda que seu trabalho seja invisibilizado e minimamente reconhecido devido à desigualdade nas relações de gênero (Herrera et al., 2024). De acordo com Hora, Nobre e Butto (2021), a partir das lutas dos movimentos feministas, as mulheres rurais conseguiram denunciar a situação de subordinação na qual estavam inseridas, ainda que não tenham alcançado o mesmo status que os homens quando se analisa o trabalho produtivo e tampouco alterado a divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico.

Cintrão e Siliprandi (2011) compreendem que a organização produtiva das mulheres contribui para o enfrentamento das relações de dominação que ainda imperam nos espaços rurais e promove o fortalecimento da autonomia econômica. Movimentos de mulheres rurais vêm reivindicando políticas de apoio à produção e à comercialização e têm estimulado a constituição de grupos produtivos de mulheres como uma forma de se contrapor a essa realidade. Indagar-se sobre a diversidade de gênero no cooperativismo agropecuário visibiliza essas mulheres e outros segmentos vulnerabilizados, como a população negra e a juventude rural.

Examinar a diversidade no quadro social resulta em análises que interpelam o cooperativismo rural sobre os grandes desafios que terão que ser enfrentados para se alcançar a equidade de gênero, como está posto nos ODS. Uma equidade que não pode limitar-se a ampliar o número de mulheres cooperadas, mas também deve assegurar sua participação nas instâncias decisórias das cooperativas, pois é irrefutável que às mulheres continuem em desvantagem nos espaços rurais (Anjos; Conceição, 2023).

Munanga (2022) defende que não é possível debater diversidade sem relacioná-la com o reconhecimento das diferenças, pois ao ignorar o diferente nas diversas sociedades, forjam-se relações hierarquizadas que resulta em consequências perversas para o convívio social. “As consequências de tudo isso engendram as desigualdades e se caracterizam como violação dos direitos humanos, especialmente o direito de ser ao mesmo tempo igual e diferente” (Munanga, 2022, p. 117). Para o autor, a opressão racista não permite a autodeterminação dos oprimidos, e, nesse contexto, pode-se provocar questionamentos ao cooperativismo, em especial ao rural, uma vez que é possibilidade de promoção econômica e social de segmentos vulneráveis, que sofrem a violação dos seus direitos cotidianamente.

A lacuna sobre a diversidade no cooperativismo agropecuário é reduzida com a pesquisa que originou este artigo. Os resultados demonstram a presença expressiva da população negra que é invisibilizada porque os levantamentos da OCB não incorporam o perfil racial dos cooperados. Por outro lado, revelam que há ainda um largo caminho para ampliar a participação das mulheres e a inclusão dos jovens nas cooperativas rurais.

METODOLOGIA ADOTADA: APLICAÇÃO DA ANÁLISE FATORIAL MÚLTIPLA AO ESTUDO DA DIVERSIDADE NAS COOPERATIVAS

O quadro social e o conselho de administração das cooperativas agropecuárias têm uma representação definida em termos de perfil racial, gênero e de geração. No entanto, constatou-se nos levantamentos realizados que no campo do cooperativismo inexistem análises que interseccionem os atributos que caracterizam os cooperados devido à ausência dos perfis racial e etário. Nesta direção, optamos pelo ramo agropecuário por três razões: i) apresenta o maior número de cooperativas no mapeamento da OCB; ii) nele estão inclusas as cooperativas da agricultura familiar que são suas filiadas, um segmento caracterizado pela situação de vulnerabilidade socioeconômica e; iii) o Censo Agropecuário 2017 revelou que a grande maioria dos estabelecimentos rurais vinculados às cooperativas são da agricultura familiar (71%).

Nesse sentido, o presente artigo embasou-se em uma pesquisa do tipo exploratória. Para ter uma abrangência nacional, selecionou-se cinco estados, um em cada região. Ademais considerou-se o acesso às entidades de representação do cooperativismo brasileiro no processo de mobilização das cooperativas para responder a ferramenta de coleta de dados. Assim, selecionamos cooperativas agropecuárias dos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.

O planejamento amostral foi baseado na técnica da amostragem estratificada proporcional (Bolfarine; Bussab, 2005) e de acordo com as variáveis de interesse para o estudo, previamente estabelecidas mediante revisão da literatura. Essas variáveis correspondem à representação de gênero, perfil racial, etário e componente regional (grandes regiões administrativas do Brasil). O modelo de estimativa do poder e tamanho amostral foi estabelecido de acordo com as definições contidas em Pedrotti (2018), utilizando-se dos pacotes do software R versão 4.4.1, “pwr” e “samplingbook”.

A coleta de dados foi realizada a partir de um questionário testado e validado de acordo com as definições contidas em Foddy (2003), por meio do referencial teórico e epistêmico considerado na fundamentação teórica apresentada. A ferramenta utilizada na coleta de dados foi um questionário fechado enviado para as cooperativas contendo às determinantes e variáveis já definidas previamente na fase de validação da ferramenta, no formato de múltipla escolha ou respostas fechadas, sempre

admitindo valores quantitativos ou qualitativos definidos. A primeira página do questionário continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE), informando os objetivos da pesquisa e solicitava concordância em participar ou não da pesquisa. A aplicação do instrumento efetivou-se entre os meses de julho e agosto de 2023, enviado eletronicamente a 507 cooperativas dos estados de abrangência da pesquisa, obtendo-se o retorno de120 respondentes.

A técnica de coleta de dados por meio de ferramentas eletrônicas, segundo McPeake et al. (2014), tem algumas limitações principais como assumir a fidedignidade das respostas frente às determinações de entendimento dos respondentes e ter uma taxa adequada de retorno dos questionários enviados. Entretanto, a estratégia adotada para mitigar esses inconvenientes neste estudo provém dos procedimentos sumarizadas de outras pesquisas realizadas pelos mesmos autores, tais como: i) majorar os disparos de formulários visando uma taxa de retorno próxima de 20% (nesta pesquisa foi de aproximadamente 24% como critério amostral); ii) tornar o questionário mais rápido, direto e inteligível possível, mantendo com os respondentes um canal aberto de "tira-dúvidas", o que foi muito frequente neste estudo; iii) usar dados primários das cooperativas disponíveis nos seus sistemas e dos órgãos de representação para checar a consistência interna das respostas, quando isso foi possível; iv) estabelecer uma rotina de lembretes com os setores responsáveis pelas respostas, o que aumentou o retorno dos questionários.

Mesmo nos cercando de todos esses cuidados, existe vasta literatura (Vasconcellos-Guedes et al., 2007; Faleiros et al., 2016; Vieira et al., 2010; Shannon & Bradshaw, 2002) que aponta as limitações desses métodos de coleta de dados, entretanto as potencialidades da ferramenta eletrônica de coleta em termos de custos, volume de respondentes e facilidade de acesso às pessoas ou organizações superam as dificuldades, justificando amplamente sua utilização.

As variáveis extraídas a partir da ferramenta de coleta dos dados foram capazes de se endereçar aos problemas propostos nas questões de pesquisa e seus desdobramentos, representadas pelos seguintes questionamentos: i) Qual a representação racial, geracional e de gênero nos quadros da cooperativa, especialmente os cargos de direção? ii) Quais os motivos para uma sub-representação de gênero? iii) Quais são os mecanismos pensados para reverter essa tendência?

Para facilitar a compreensão acerca do uso da estatística para tratar e analisar os dados contidos nas variáveis do instrumento aplicado às cooperativas pesquisadas, utilizou-se uma modelagem matemática. O tipo de modelagem estatística escolhida para tratar os dados foi a Análise Fatorial Múltipla (AFM) que consiste em verificar a existência de fatores comuns entre às cooperativas em estudo. Dentro da AFM existem os clusters, no qual se atribuiu valores as observações (cooperativas) e estas foram organizadas em grupos homogêneos, denominados de clusters. Por fim, os grupos homogêneos criados nos clusters, formam a tipologia, definida como a explicação dos grupos formados pelas variáveis dos clusters que, no caso, são os agrupamentos das cooperativas tipificadas.

Para a modelagem dos dados, utilizou-se o Software R 2.15.0 e o pacote Factor Miner (Escofier; Pagès, 2008) em todas as análises, pois trata-se do recurso computacional mais adequado e potente para essa tarefa. Além do mais, é um software de código aberto que não restringe seu manuseio a questões comerciais. Assim, manuseamos o banco de dados constituído com as variáveis que compuseram o questionário de coleta dos dados e suas interrelações que descrevem o que se denomina como "problemas multivariados" (Abdi; Valentin, 2007).

No Quadro 1 estão dispostas as variáveis, referentes às cooperativas, organizadas por grupos da AFM, que são variáveis agregadas por temas.

Quadro 1 | Grupos temáticos da AFM para as variáveis quantitativas

Grupos temáticos da AFM	Descrição
Diversidade econômica	Número de atividades econômicas Diversidade de categorias de produtos (n)
Representatividade de minorias sociais	Representatividade negra no Conselho Administração (CAD) Representatividade indígena Percentual de mulheres na cooperativa Representatividade de Pretos e Pardos no quadro social Representatividade de indígenas no quadro social Representatividade de Comunidades Tradicionais no quadro social
Perfil etário quantitativo	Perfil etário da presidência Perfil etário da vice-presidência Perfil etário da diretoria Financeira Perfil etário da diretoria Administrativa Perfil etário da diretoria Comercial Idosos (> 60 anos) no conselho administrativo Jovens (< 30 anos) no conselho administrativo da Coeficiente etário que representa o CAD

Fonte: Elaboração própria a partir do questionário coleta de dados da pesquisa (2023).

No Quadro 2 estão dispostas as variáveis qualitativas, referentes às cooperativas, organizadas pelos grupos da AFM, que são temáticos das variáveis.

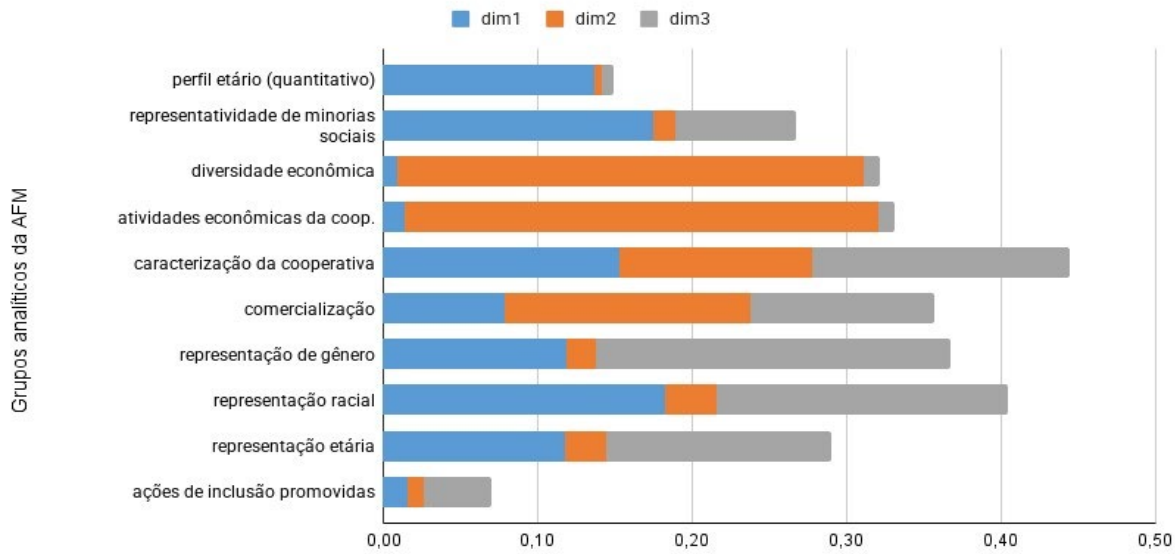
Quadro 2 | Grupos temáticos da Análise Fatorial Múltipla para as variáveis qualitativas

Grupos temáticos da AFM	Descrição
Caracterização da cooperativa	Estado (BA, PA, MG, MS, RS) função do respondente na cooperativa Agricultura familiar ou não-familiar Filiação aos sistemas de representação (OCB, Unicoopas) Faturamento mensal da cooperativa por faixas (classes)
Atividades econômicas da cooperativa	Produção e comercialização de produtos Compras coletivas Beneficiamento e processamento de produtos Cooperativa de trabalho Outras categorias de atividades
Comercialização	Vendas governamentais (PNAE, PAA, editais) Ponto de venda da cooperativa Supermercados e lojas especializadas Feiras livres e temáticas Entregas direto ao consumidor final Exportação de produtos Venda no CNPJ para outros estados e/ou municípios
Representação de gênero (CAD)	Sexo do cargo de presidência do CAD Sexo do cargo de vice-presidência do CAD Sexo do cargo de diretoria financeira Sexo do cargo de diretoria administrativa Sexo do cargo de diretoria comercial Mulheres com filhos menores no CAD
Representação racial (CAD)	Perfil racial do cargo de presidência Perfil racial do cargo de vice-presidência Perfil racial do cargo de direção financeira Perfil racial do cargo de direção administrativa Perfil racial do cargo de direção comercial
Representação etária	Existem jovens na cooperativa? Faixa etária predominante no QS da cooperativa Faixa etária feminina predominante no QS da cooperativa Faixa etária masculina predominante no QS da cooperativa
Ações de inclusão promovidas	Existe um programa de inclusão de gênero raça e etnia na cooperativa? Qual a natureza da ação? Programa? Projeto? etc. Qual a duração da ação (curta, longa) Alguma explicação sobre o detalhamento da ação?

Fonte: Elaboração própria a partir do questionário de coleta de dados da pesquisa (2023).

Nos quadros 1 e 2 encontram-se as variáveis extraídas da ferramenta de coleta de dados, conforme descrito anteriormente. A seguir apresentamos na Figura 1 a contribuição relativa de explicação de cada variável, ou seja, sua variância explicada. A variância explicada é uma medida de o quanto dada variável é importante para explicar as diferenças entre as cooperativas, especificamente no grupo temático observado.

Figura 1 | Contribuição relativa da variância explicada nos grupos temáticos da AFM



Fonte: Elaboração própria a partir do questionário coleta de dados da pesquisa (2023).

Em outras palavras, quanto mais um grupo contribui para a variância, mais as variáveis dentro dele explicam as diferenças entre as cooperativas, tanto as características gerais (grupo da AFM) quanto as específicas (variáveis originais). Consideramos essas variáveis a partir da formação dos clusters que podem ser denominados como nuvens de pontos que representam a proximidade dos objetos analisados, sua similaridade, com relação às variáveis estudadas. Os clusters também demonstram a quantidade de associação entre os objetos e as variáveis, explicando o quanto cada grupo de objetos é influenciado mais ou menos por uma outra variável, que em última instância, representa suas determinações.

A partir dos clusters, materializamos a explicação dos grupos, por meio de uma tipologia (tipos 1, 2, 3 e 4) baseada nos perfis raciais, de gênero e geração que poderá subsidiar órgãos públicos que executam políticas de estímulo ao protagonismo feminino rural, entidades de representação do cooperativismo e cooperativas na formulação e/ou aperfeiçoamento das ações que buscam promover mais diversidade, principalmente entre os segmentos em maior situação de vulnerabilidade. O estudo tipológico ressalta os traços constitutivos de uma determinada população, com o intuito de criar subconjuntos com métricas estatísticas de similaridade/diferenças (métodos fatoriais quantitativos), caracterizando cada tipo elaborado pelas variáveis que explicam sua diversidade (Mingoti, 2005). É justamente a caracterização de cada tipo elaborado que segue na próxima seção.

OS TIPOS ELABORADOS QUE DIMENSIONAM A DIVERSIDADE NAS COOPERATIVAS RURAIS

A proposta de averiguar se há diversidade nas cooperativas a partir de um estudo quantitativo parte do princípio de que o quadro social, assim como os Conselhos de Administração, expressa uma composição de gênero, raça e geração. Após a elaboração dos tipos (clusters) da AFM, com as variáveis selecionadas das 120 cooperativas, identificamos as que apresentaram maior peso para discriminar subgrupos a partir do conjunto original. A partir dessas variáveis, detectou-se a formação dos clusters inerentes à rotina da AFM, com a finalidade de obter no presente estudo a presença de 4 (quatro) tipos funcionais (Tipos: 1, 2, 3 e 4).

As 120 cooperativas estudadas possuem seu quadro social um total de 64.396 cooperados/as, em sua maioria é composta por homens, 50.537 (78,5%), com somente 13.859 (21,5%) de mulheres. Ainda que majoritariamente sejam identificadas como da categoria agricultura familiar (90,8% do total pesquisado), a dominação masculina persiste em que pesem às lutas travadas pelas trabalhadoras rurais desse segmento. O conjunto investigado tem predominância de cooperativas filiadas à OCB, o que em números absolutos representa 51 cooperativas, seguidas das 40 representadas pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); 10 cooperativas estão filiadas a esses dois sistemas e, por fim, 19 que não estão associadas a nenhuma entidade de representação. A distribuição das 120 cooperativas por tipo e estado, após a realização da AFM está demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1 | Distribuição das cooperativas por tipo e estado federativo

	Tipos				
UF	**1**	**2**	**3**	**4**	**Total**
BA	21	6	4	5	36
MG	8	2	4	3	17
MS	0	1	3	1	5
PA	14	14	3	3	34
RS	2	0	14	12	28
Total	45	23	28	24	120

Fonte: Base de Dados Cooperativismo e Diversidade (Anjos; Ramos, 2025).

A distribuição por estado foi uma das variáveis que promoveu a distinção entre os tipos e influenciou no dimensionamento da diversidade captado pela tipologia. O fato do Tipo 1 ter o predomínio das cooperativas da Bahia e do Pará, e o Tipo 4 ter a dominância das cooperativas do Rio Grande do Sul repercute, por exemplo, na diversidade racial encontrada. Neste sentido, empreendemos uma caracterização de cada tipo elaborado pela AFM.

O Tipo 1 é composto por 45 cooperativas distribuídas em sua maioria na Bahia, com 21; seguida do Pará, com 14; depois Minas Gerais, com 8; restando 2 no Rio Grande do Sul. Predominam neste Tipo as cooperativas do Norte-Nordeste, identificadas com a agricultura familiar, com 35% filiadas à OCB e 44% filiadas ao sistema Unicoopas. Este sistema é constituído pela Unicafes, a Central de Cooperativas Solidárias e Empreendimentos Solidários (Unisol), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e a União de Cooperativas de Catadores e Catadoras de Material Recicláveis – (Unicatadores). Apresenta a maior representação de mulheres no quadro social (44%) entre os Tipos elaborados e 30% do quadro social é constituído de jovens. É o Tipo com o segundo maior percentual de mulheres no cargo de presidência, 40%. Há grande representação de pretos e pardos em todos os cargos do Conselho de Administração pesquisados (presidente e vice-presidente, diretor comercial, diretor administrativo e diretor financeiro) apresentando uma média de 72,9% e possui um representante indígena.

O Tipo 2 constitui-se de 23 cooperativas, com imensa maioria do Pará, perfazendo um total de 14; Bahia, com 6; Minas Gerais, com 2 e Mato Grosso do Sul, com 1. Vale salientar que as cooperativas gaúchas não estão inseridas neste tipo. Em sua maioria, são cooperativas da agricultura familiar, mas há presença das não-familiares. Do total, com 48% são filiadas à OCB e 35% a nenhuma entidade de representação. Elas têm no quadro social 35% de mulheres, com 13% de jovens. A presidência é feminina em 44% das cooperativas, maior percentual de mulheres que presidem e mostra uma ampla predominância da população negra no cargo de presidente (82,6%) e uma média de 70,4% de participação no total dos cargos.

O Tipo 3 é composto por 28 cooperativas, com metade delas localizadas no Rio Grande do Sul, 14; na sequência, Bahia e Minas Gerais, com 4 em cada estado, e Pará e Mato Grosso do Sul, com 3 cada um. Todas as cooperativas são identificadas como da agricultura familiar. Predomina a filiação à Unicoopas para 57% das cooperativas. Contam somente com 32% de mulheres no quadro social e 3% de jovens. Há presidência feminina em 21% das cooperativas, com ampla predominância da representação da população branca no cargo de presidente. Ademais, no que refere a presença da população negra nos cargos, o maior percentual de participação refere-se ao cargo de presidente, com 21,4%.

O Tipo 4 representa 24 cooperativas, também com predomínio das organizações que estão localizadas no Rio Grande do Sul, 12; a Bahia, com 5; Minas Gerais e Pará, com 3 cada, e o Mato Grosso do Sul, com 1. Neste agrupamento há 37% de cooperativas não-familiares; maior percentual entre os tipos. A entidade de representação é a OCB para 71% das cooperativas, sem nenhuma filiação à Unicoopas. O quadro social conta somente com 19% de mulheres e 2% de jovens. A presidência é feminina em apenas 8% das cooperativas, com ampla predominância da representação da população branca no cargo de presidente. E, por fim, a participação da população negra nos cargos é ínfima e aparece apenas no cargo de presidente com apenas 8,4%.

Para facilitarmos a compreensão dos dados, criamos o Quadro 3 que resume às características de cada tipo encontrado nos clusters.

Quadro 3 | Caracterização dos tipos funcionais elaborados

Tipo	Qtde de coops.	Predominância nos Estados	Categoria (Agricultura familiar e não familiar)	Filiação à entidade de representação (OCB, UNICOOPAS ou ambas)	Ocupação de mulheres no quadro social (gênero)	Presença de jovens no quadro social (geração)	Ocupação de mulheres na presidência	Presença de pessoas das raças negra e parda nos cargos da cooperativa
Tipo 1	45	BA (47%) PA (31%)	Agricultura familiar (98%)	OCB: 35% UNICOOPAS: 44%	44%	30%	40%	Presidente: 55,6% Média nos cargos: 72,9%
Tipo 2	23	PA (61%)	Agricultura familiar (96%)	OCB: 48% UNICOOPAS: 17%	35%	13%	44%	Presidente: 82,6% Média nos cargos: 70,4%
Tipo 3	28	RS (50%)	Agricultura familiar (100%)	OCB: 25% UNICOOPAS: 57%	32%	3%	21%	Presidente: 21,4% Média nos cargos: 14,3%
Tipo 4	24	RS (50%)	Agricultura não-familiar (37%)	OCB: 71% Ambas: 17%	19%	2%	8%	Presidente: 8,4% Média nos cargos: não existe

Fonte: Base de Dados Cooperativismo e Diversidade (Anjos; Ramos, 2025).

A descrição dos Tipos elaborados pela AFM demonstra algumas similaridades. A presença minoritária das mulheres e jovens no quadro social e nos cargos de presidência, por exemplo, mas também distinções se considerarmos a diversidade no sentido de representação dos atributos que as caracterizam, ou seja, a composição racial, de gênero e geração nas cooperativas agropecuárias.

Verifica-se que os Tipos 1 e 2 apresentam maior diversidade na questão de gênero, raça e geração, tanto no quadro social como nos cargos de presidência. Ainda que as mulheres não sejam maioria no cargo com mais poder, elas presidem, pelo menos, 40% das cooperativas classificadas nestes Tipos. Cabe salientar a grande presença das cooperativas nortistas e nordestinas, com destaque para a participação dos pretos e pardos, inclusive no apontamento racial das pessoas que assumem a presidência. Outro fator que vale destacar é a presença de 11 mulheres presidentas negras na presidência das cooperativas da Bahia.

Se a análise permite visualizar, em alguma medida, diversidade de gênero nos Tipos 1 e 2, na descrição dos Tipos 3 e 4 percebe-se a supremacia da dominação masculina e branca no quadro social e nos cargos de presidência. Esses tipos têm predominância das cooperativas gaúchas, o que certamente contribui para a ampla participação dos homens, seja como associados ou dirigentes. A representação

de outros grupos raciais é pouco expressiva, além da população branca, assim como a presença da juventude. A falta de diversidade é mais flagrante no Tipo 4, com a quase inexistência da juventude rural; a presença de 81% de homens cooperados e 92% atuando no cargo de presidente. Cabe ressaltar que é este subconjunto que apresenta o maior percentual de cooperativas não-familiares, um indício que poderia explicar a presença tão reduzida de mulheres como cooperadas.

Segundo Velloso e Anjos (2022), a maternidade é um empecilho para que as mulheres tenham participação mais efetiva nos espaços públicos, inclusive em cargos decisórios das organizações rurais. Por isso, é relevante a constatação que no quadro social de 86% das cooperativas e 103 em números absolutos, haja cooperadas com filhos menores de 18 anos. Ainda que sejam socialmente responsáveis pelo trabalho reprodutivo e de cuidados, as agricultoras familiares, sobretudo, têm participação expressiva nas associações comunitárias (Anjos; Conceição, 2023) e estão paulatinamente ampliando a participação em cooperativas.

A presença de mulheres no quadro social tem proporção distinta quando desagregamos as 13.859 (21,5%) cooperadas por estado. A Bahia aparece com 32,6% de participação e o Pará com 32,1%, sendo que este ente federativo apresenta a maior proporção de cooperadas em seu quadro social; seguidos do Mato Grosso do Sul (25,9%) e Minas Gerais (20,2%). Apesar do estado do Rio Grande do Sul, que em números absolutos tem mais da metade dos cooperados que compuseram a base investigada, apresenta a menor proporção de mulheres no quadro social, somente 18,1%.

Em uma sociedade estratificada pelo racismo enfrentado pela população negra, constatar a ascensão dos homens negros e, sobretudo, das mulheres negras demonstra que a inserção em cooperativas está contribuindo com a luta antirracista e com a mobilidade social das mulheres negras rurais que estão mais alijadas historicamente dos espaços de poder. Esses dados sugerem que o cooperativismo está, em alguma medida, sendo um mecanismo de inclusão da população negra, em especial nas cooperativas da agricultura familiar. Elas também incluem, ainda que em percentuais reduzidíssimos, os indígenas que foram captados na pesquisa presidindo duas cooperativas, uma na Bahia e outra no Pará.

Outro elemento que distingue os Tipos é o porte financeiro. A Tabela 2 retrata o faturamento mensal das cooperativas a partir da tipologia elaborada.

Tabela 2 | Faturamento mensal x quantidade de cooperativas por Tipos elaborados

Tipos	Até 5 mil	De 5.001 até 10 mil	De 10.001 até 30mil	De 50.001 até 100 mil	De 100.001 até 200 mil	200.001 até 500 mil	De 500.001 até 1 milhão	Mais de 1 milhão	Total
1		5	12	3	4	6	9	5	45
2	5	4	2	6	2		1	0	23
3			3	9	3	8	3	1	28
4		2	1				3	1	24
Total	5	11	18	18	9	14	16	7	120

Fonte: Base de Dados Cooperativismo e Diversidade (Anjos; Ramos, 2025).

A Tabela 2 revela que as cooperativas que têm faturamento maior pertencem ao Tipo 4, justamente o que expressa menor diversidade nos atributos investigados. Das 24 que estão inseridas neste Tipo, 71% tiveram faturamento de mais de 1 milhão no mês anterior à pesquisa. Já as cooperativas do Tipo 1 e 2, que têm mais diversidade, 53% e 83%, respectivamente, têm faturamento de até 100 mil ao mês.

Destaca-se também que, o Tipo 2, que apresenta maior percentual de mulheres na presidência (44%), tem desempenho econômico majoritariamente dominante nas faixas menos vultuosas, até 100 mil. Esta reflexão nos aspectos econômicos justifica-se pela luta das mulheres rurais para serem protagonistas nos seus estabelecimentos. Para Cintrão e Siliprandi (2011), a organização produtiva das mulheres contribui para o enfrentamento das relações de dominação que ainda imperam nos espaços rurais e promove o fortalecimento da autonomia econômica.

A variável financeira sugere que há uma correlação entre presença mais significativa das mulheres, população negra e jovens nas cooperativas com o faturamento mensal menos expressivo. Será que quanto mais diversidade, menor é o porte financeiro da cooperativa? As análises realizadas neste estudo apontam correlação nos aspectos indagados. A constatação de que as cooperativas presididas por mulheres negras são as que têm menor porte financeiro, enquanto as com maior faturamento têm homens brancos na presidência revela também a imbricação das questões de classe, raça e gênero nessas organizações cooperativas. Essas ponderações continuam sendo aprofundadas na continuidade da pesquisa uma vez que o debate sobre a diversidade também expressa as relações desiguais enfrentadas por grupos historicamente vulnerabilizados (Munanga, 2022).

Embora tenhamos encontrados presença expressiva da população negra no quadro social das cooperativas agropecuárias, a reduzida participação das mulheres, da juventude, dos indígenas interpela a narrativa do caráter incluso desta modalidade de negócio. Para ampliar a presença dos agrupamentos caracterizados pela vulnerabilidade socioeconômica, as cooperativas terão que investir mais nos programas e projetos de formação. Entre as que participaram desse estudo, apenas 43,3% afirmaram desenvolverem ações voltadas às mulheres, à juventude, à população negra e Povos e Comunidades Tradicionais. No entanto, as ações implementadas, cursos, oficinas, palestras etc., não são contínuas. As atividades pontuais não estão possibilitando, por exemplo, que as mulheres e jovens que já estão como cooperados assumam cargos de direção de forma mais significativa.

Visibilizar as mulheres que presidem cooperativas contribui para evidenciar as lutas e conquistas das agricultoras. Quando desagregamos os dados das mulheres que presidem cooperativas por estado, independente da divisão por tipos, percebe-se que as de Minas Gerais têm, proporcionalmente, participação mais expressiva, são 41% delas. Esse percentual destaca-se porque no total do quadro social das cooperativas deste estado, as mulheres somam 20,2%, apesar disso, são as que mais presidem. A Bahia tem o segundo maior percentual, são 30,5% de cooperativas com presidência feminina, seguido do Pará, com 26,5%, Mato Grosso do Sul, com 20% e, por fim, o Rio Grande do Sul, com a menor participação das mulheres que presidem, apenas 17,8%.

Outros aspectos atestam as rupturas com as desvantagens enfrentadas pelas mulheres rurais que presidem cooperativas. Das 33 mulheres presidentes, 24 (72,7%) delas assumiam à maternidade com filhos menos de 18 anos. Conciliar o trabalho reprodutivo e de cuidados com o exercício no cargo de presidência, sobretudo porque todas as cooperativas com presidência feminina são da agricultura familiar, revela o feito dessas agricultoras. Ademais, em 12 (36,4%) delas, as mulheres estão na faixa etária de 31 a 40 anos; 10 (30,3%) entre 41 a 50 anos. Este perfil etário é mais jovem do que aquele apresentado nas cooperativas presididas por homens. Entre as 85 cooperativas com presidência masculina, 27 (31,8%) têm entre 41 a 50 anos; 22 (25,9%) estão na faixa de 51 a 60 anos e 16 (18,9%) com mais de 60 anos.

Embora tenhamos encontrado 33 cooperativas que contribuem para o protagonismo das mulheres rurais ao alçá-las ao cargo de presidente do Conselho de Administração, identificamos outras 36 (30%) que, em movimento contrário, parecem ser refratárias a equidade de gênero.

Nestas 36 cooperativas, não há mulher em nenhum cargo diretivo. A pesquisa indagou sobre diversos cargos do conselho, além da presidência, consideramos os perfis dos vice-presidente, diretor/a financeiro/a, comercial e administrativo/a. A constatação que, 30% das cooperativas investigadas não têm nenhuma mulher em um cargo da sua gestão, demonstra o árduo caminho que o movimento cooperativista terá que trilhar para superar a cultura do patriarcado e criar condições mais equânimes para que as cooperadas ascendam nestas cooperativas nas quais a dominação masculina persiste e que não coadunam com a diversidade de gênero.

CONCLUSÃO

Indagar-se sobre a diversidade no cooperativismo agropecuário é relevante para demonstrar o potencial das cooperativas como instrumentos de desenvolvimento com caráter mais inclusivo. Por isso, buscamos correlacionar o perfil de gênero, raça e geração nas cooperativas rurais com o intuito de dimensionar a promoção da diversidade. A análise estatística e sua interpretação nas 120 cooperativas revela que há diversidade em proporções distintas nas cooperativas se considerarmos os atributos utilizados como parâmetro. O perfil do quadro social e dos cargos de presidência dos conselhos de administração demonstra que a diversidade de gênero e a de geração são grandes desafios para o cooperativismo, principalmente nos Tipos 3 e 4 que têm predominância proporcional das cooperativas do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

O entrelaçamento do gênero, raça, geração e classe contribuiu para demonstrar que, apesar dos pressupostos democráticos e igualitários defendidos pelo movimento cooperativista, as cooperativas, de forma objetiva não superaram a cultura patriarcal, ainda apresentando, em sua maioria, o predomínio dos homens e não se constituem em espaço de protagonismo para a juventude. Em outra direção, o estudo demonstrou presença expressiva da população negra no quadro social e nos conselhos de administração, sobretudo no Pará, Bahia e Minas Gerais.

A tipologia elaborada sobre a diversidade em cooperativas agropecuárias demonstrou que variáveis ligadas à representatividade de gênero, raça e geração são bastante discriminantes, portanto explicativas dos casos reais (cooperativas) e que ações e políticas específicas dessas cooperativas estão intrinsecamente vinculadas a essas variáveis, seja como fator causal ou como desdobramento.

Identificamos percentuais significativos da população negra no quadro social das cooperativas e nos cargos diretivos nos Tipos 1 e 2, constituídos majoritariamente pelas cooperativas da Bahia, Pará e Minas Gerais. É também nestes tipos que as mulheres estão em maior proporção nos cargos de presidência e a grande maioria das cooperativas são identificadas como da agricultura familiar. Não obstante, mesmo entre esses tipos, a juventude não tem presença expressiva, o que impõe questionamentos às cooperativas sobre a inserção de jovens no seu quadro social e o problema da sucessão nos cargos diretivos.

A análise interseccional do gênero, raça e classe contribuiu para demonstrar que as cooperativas, ainda que tenha um discurso de organização baseada em pressupostos democráticos e igualitários, apresentam desempenho econômico distinto quando cruzamos às variáveis de gênero, raça e faturamento. As mulheres, sobretudo as negras, majoritariamente, estão nos Tipos 1 e 2, os agrupamentos com faturamento econômico muito mais reduzidos se comparados com o Tipo 4, por exemplo, que tem predomínio dos homens brancos gaúchos.

A persistência da desigualdade de gênero constatada tem que servir para se repensarem os programas de educação cooperativista e a prática dos seus princípios, pois não basta criar comitês de mulheres e desenvolver ações pontuais. O que precisa ser criado são programas que possam ter continuidade e que resultem em mais mulheres como cooperadas e com potencialidade de assumir os cargos de mais poder, como a presidência e os conselhos de administração.

Por fim, esperamos que a metodologia utilizada para dimensionar a diversidade de gênero, geração e, sobretudo, raça, possa ser replicada em outros estudos e nos levantamentos realizados pelas entidades de representação do cooperativismo. A pesquisa demonstrou que é possível captar a presença da população negra nas cooperativas, assim como a participação dos povos e comunidades tradicionais, inclusive os povos indígenas. A adoção de metodologias que visibilizem os que são invisibilizados socialmente demonstrará o potencial do cooperativismo ser o mecanismo tão apregoado nas narrativas dos ODS, ou seja, um instrumento de redução das desigualdades e equidade de gênero. Porém, se não houver uma mobilização em relação a este último objetivo, as cooperativas agropecuárias não deixarão de ser espaços de poder masculino.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos o financiamento da pesquisa ao CNPq/SESCOOP, chamada nº 11/2022.

REFERÊNCIAS

ABDI, H.; VALENTIN, D. Multiple correspondence analysis. **Encyclopedia of measurement and statistics,** v. 2, n. 4, p. 651-657, 2007.

ANJOS, E. G.; RAMOS, C. E. C. O. **Base de Dados Cooperativismo e Diversidade**. Cruz das Almas: UFRB, 2025. Disponível em: https://dados.ufrb.edu.br/dataset/pesquisa-cooperativismo-e-diversidade-sescoop-cnpq-processo-n-404336-2022-1. Acesso em: 04 maio 2025.

ANJOS, E. G.; CONCEIÇÃO, D. S. Visibilizar para reconhecer: uma análise sobre as mulheres agricultoras familiares do Recôncavo baseada no Censo Agropecuário 2017. In: SCHEFLER, M. de L. N. et. al. (Org.). **Gênero, geração e comunidades tradicionais.** Salvador: Aruá Edições, v.5, p. 95-120, 2023.

ANJOS, E.; ROCHA, A. P.; SILVA, D. O. Cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na Bahia. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate – DRd**, v.12, p. 8-31, 2022. Disponível em https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3724. Acesso em 12/03/2023.

ANJOS, E.; ROCHA, A. G.; CERRUCI, I.; SILVA, F. S. A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. **Otra Economia Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, v.12, p.106 – 119, 2019. Disponível em https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14830. Acesso em 10/05/2020.

BAIRROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, 3(2), 458-463, 1995. Disponível em. https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf. Acesso em 02/02/2019.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. Elementos de amostragem. Editora Blucher, 2005.

CARNEIRO, S.; Borges, R. S. **Retrato do Brasil Negro**. Selo Negro: São Paulo, 2009.

CINTRÃO, R.; SILIPRANDI, E. (2011). O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003 - 2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, p. 186-230, 2011.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccional0069dade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso 20/02/2019.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOFIER, B.; PAGÈS, J. **Analyses factorielles simples et multiples**: objectifs, méthodes et interprétation. Paris, Dunod, 2008.

FALEIROS, F. et al. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 25, p. e3880014, 2016. Disponível em https://www.scielo.br/j/tce/a/Hjf6ghPxk7LT78W3JBTdpjf/?format=pdf&lang=en. Acesso 10/01/2025.

FODDY, W. **Constructing Questions for Interviews and Questionnaires Theory and Practice in Social Research**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GONZÁLEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. Em M. Luz (Org.). **O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro: Graal, p. 89-106, 1982.

HERRERA, K. M. et al. Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. **RESR**, v. 62, n. 3, p. e281922, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2023.281922pt.

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. As mulheres no Censo Agropecuário 2017. **Análise Electronic**. São Paulo: FES, p. 6 -12, 2021. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954-20210816.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

MCPEAKE, J.; BATESON, M.; O'NEILL, A. Electronic surveys: How to maximise success. **Nurse Researcher**, 21(3):24-6, january 2014. DOI:10.7748/nr2014.01.21.3.24,e1205.

MINGOTI, S. A. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada*:* uma abordagem aplicada. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

MUNANGA, K. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, 36, p. 117-129, 2022. Disponível em https://www.scielo.br/j/ea/a/7dxnhTYxMskypKpS6FcW98L/. Acesso em 10/06/2022.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2023.** Brasília: OCB/SESCOOP, 2024. Disponível em: https://www.ocb.org.br. Acesso em: 12 jan. 2025.

PEDROTTI, L. G. **Tamanho de amostra e poder no Software R.** Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, 52f.

PIRES, M. L. L. S. **Cooperativismo e Globalização**: artificialização da natureza e sofisticação dos alimentos. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2018.

RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, 14(3), 801-811, 2006. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a12v14n3.pdf. Acesso em 12/12/2018.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, p. 51-70, jan.-abr, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/zRR5GMQmk8XwJzSPXY4P43n/?lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2022.

SHANNON, D. M.; BRADSHAW, C. C. A comparison of response rate, response time, and costs of mail and electronic surveys. **The Journal of Experimental Education**, v. 70, n. 2, p. 179-192, 2002.

STOCCO, L. C.; KOBAYASHI, T. C. Dificuldades de participação no programa nacional de alimentação escolar encontradas por agricultores familiares das microrregiões de Uberaba e Uberlândia. In: II SIPPEDES - Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, Franca-SP. **Anais eletrônicos** [...]. Franca-SP: UNESP, p. 1-10, 2016. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/#!/pos-graduacao/pp/eventos/ii-sippedes/. Acesso em: 09 set. 2021.

VASCONCELLOS-GUEDES, L.; GUEDES, L. F. A. E-surveys: vantagens e limitações dos questionários eletrônicos via internet no contexto da pesquisa científica. Seminário em Administração - **X SEMEAD**, FEA/USP, São Paulo, v. 84, p. 8, 2007.

VELLOSO, T.; ANJOS, E. (Orgs). **Mulheres rurais**: lutas e conquistas. Cruz das Almas: Edufrb, 2022.

VIEIRA, H. C.; CASTRO, A. E.; SCHUCH JÚNIOR, V. F. O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. Seminários em administração - **XIII SEMEAD**, v. 17, n. 1, p. 01-13, 2010.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



fapeti

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO





UNITAU

Universidade de Taubaté